

Cortiços, febre amarela e vacínophobía: uma história na encruzilhada de muitas histórias

Magali Gouveia Engel ^(*)

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

Objeto, nas últimas décadas de inúmeros estudos situados no âmbito das chamadas ciências humanas, os médicos e os higienistas, as doenças, as políticas de saúde pública, as instituições médicas, enfim as temáticas relacionadas à construção e à consolidação de saberes e práticas da medicina social vêm conquistando um espaço cada vez mais significativo no campo da história. No Brasil, estes estudos têm sido marcados predominantemente por enfoques inspirados nas abordagens clássicas de Roberto Machado, Ângela Loureiro, Rogério Luz, Kátia Muricy e de Jurandir Freire Costa¹, construídas a partir da contribuição fundamental de Michel Foucault.

Seguindo uma linha de análise bastante distinta, Sidney Chalhoub - um dos nossos mais talentosos historiadores, reconhecido por seus importantes e instigantes estudos sobre cotidiano e trabalho² e sobre escravidão³ - faz uma incursão bem sucedida nas searas dos saberes e das práticas em torno da doença, da saúde e da cura. Os cortiços, as epidemias de febre amarela, o serviço de vacinação e a cultura *vacínophóbica* aspectos que marcaram profundamente a trajetória da cidade do Rio no decorrer do século passado, são os objetos centrais das histórias das políticas de saúde pública, narradas em sua mais recente obra.

^(*) Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

¹ Cf. Roberto Machado e outros, *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1978; Jurandir Freire Costa, *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979. Para uma avaliação crítica deste tipo de enfoque ver, por exemplo, o artigo de Maria Alice R. de Carvalho e Nísia Verônica T. Lima, "O argumento histórico nas análises de saúde coletiva", in Sônia Fleury (org.), *Saúde: coletiva? Questionando a onipotência do social*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992, pp. 117-142; e, a Introdução do trabalho de Nara Britto, *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1995, pp. 7-16.

² Cf. Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

³ *Idem*, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

Trata-se, originalmente, da tese de livre-docência, defendida em 1995 no Departamento de História da UNICAMP, cuja versão ligeiramente modificada acaba de ser publicada pela Companhia das Letras com o título *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*.

Em primeiro lugar, é preciso destacar como um dos maiores méritos deste estudo o fato de ter sido construído a partir de um entrelaçamento constante entre as questões colocadas e reformuladas pelo investigador e a exploração das fontes - constituídas, basicamente, pela documentação manuscrita sobre habitações coletivas e pelos papéis da Junta Central de Higiene existentes no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, bem como pela correspondência entre a referida Junta e o Ministério do Império, depositada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Essa característica acaba por determinar a própria construção da narrativa, proporcionando ao leitor a possibilidade de “acompanhar ... o processo de descoberta do tema e seus problemas, o esforço paulatino de definição e redefinição dos rumos conceituais e empíricos do trabalho”. A aparente fragmentação dos resultados assim obtidos é superada por uma perspectiva analítica norteada pela preocupação no sentido de inscrever as histórias das políticas de saúde pública no âmbito do movimento mais amplo da própria história, ou seja, das transformações que marcaram a trajetória complexa, contraditória e, muitas vezes, inusitada da sociedade brasileira oitocentista.

Assim, privilegiando um enfoque claramente vinculado ao âmbito do que poderíamos chamar de uma história social da cultura - cujos referenciais teóricos mais expressivos remetem, de um lado, às concepções defendidas pelo historiador inglês E. P. Thompson e, de outro, às reflexões desenvolvidas pelo antropólogo norte-americano Sidney Mintz -, Chalhoub mantém-se fiel e coerente com as opções explicitadas e discutidas na belíssima introdução do seu *Visões da Liberdade*. Neste sentido, o seu último livro possui uma importância crucial para o redimensionamento e para o enriquecimento das abordagens relativas aos saberes e às práticas sobre doença e saúde, representando também uma contribuição inovadora e fundamental para a compreensão das múltiplas e complexas dimensões da história da sociedade brasileira do século XIX.

A narrativa do episódio da destruição do famoso Cabeça de Porco, ocorrido no dia 26 de janeiro de 1893, serve como preâmbulo para a construção de uma versão da história dos cortiços no Rio de Janeiro das últimas décadas do século passado, objeto do primeiro capítulo do livro. A associação classes pobres/classes perigosas, definida e veiculada por políticos e administradores num contexto marcado pelos conflitos, lutas e tensões produzidos no quadro das transformações nas relações de trabalho, estaria intimamente vinculada à qualificação das habitações populares como espaços de periculosidade, alvos, portanto, de uma ação repressiva. A intervenção das autoridades públicas sobre os cortiços seria legitimada através da ideologia da higiene, difundida por médicos e engenheiros, que assumindo, explicitamente, o “desejo de fazer a civilização européia nos trópicos”, enquanto porta-vozes da verdade da ciência e escudados na isenção do tecnicismo, submetiam, na prática, a política à técnica, fazendo “política deslegitimando o lugar da política na história”.

Trata-se, portanto, de uma reflexão extremamente importante para compreendermos melhor os mecanismos de dominação formulados e implementados desde fins do período monárquico, cujos desdobramentos se fazem presentes até hoje. Por outro lado, as tentativas encaminhadas pela administração pública no sentido de disciplinarizar e reprimir as habitações populares, revelam, segundo a análise de Chalhoub, um quadro extremamente complexo, marcado, ao mesmo tempo, por posturas consensuais e divergentes em relação à ideologia da higiene, por alianças e confrontos, envolvendo administradores, higienistas, proprietários de cortiços, inquilinos e agentes imobiliários.

O eixo das reflexões desenvolvidas no segundo capítulo da obra encontra-se pautado na articulação entre a história da febre amarela e “a história das transformações nas políticas de dominação e nas ideologias raciais no Brasil do século XIX”. Assim, o autor discute a relação entre febre amarela, teorias médicas e política na década de 1850, situando, de um lado, as controvérsias teóricas desencadeadas no campo científico, opondo infeccionistas a contagionistas e, de outro, o caráter restrito das medidas de combate às epidemias de febre amarela veiculadas pelo governo imperial. No que se refere a este último aspecto são levados em consideração os próprios limites do conhecimento médico acerca da doença e seus conseqüentes desdobramentos, enfatizando-se, contudo, que a ameaça social representada por uma doença que poupava os africanos - e a população negra em geral - era vista de forma atenuada num contexto marcado pelo suprimento suficiente de mão-de-obra escrava.

Quadro inteiramente distinto daquele que, a partir dos anos 1870, momento em que se exaltam as vantagens do trabalho assalariado dos imigrantes brancos, determinaria a elaboração e a difusão de “novos sentidos políticos e ideológicos” da febre amarela, vista como “obstáculo ao progresso e à civilização” do país. Deste modo, a compreensão das razões que levaram autoridades públicas, médicos e higienistas a priorizar o combate à febre amarela - em detrimento de doenças tão ou mais graves, como a tuberculose, por exemplo - remete-nos ao reconhecimento de que o saber médico e as políticas de saúde pública no Brasil de fins do século XIX estavam profundamente impregnados pelo projeto de branqueamento da população, formulado a partir de uma “ideologia racial bem precisa”.

Na última parte do trabalho, Sidney Chalhoub propõe-se a “reconstruir na longa duração a experiência dos habitantes do Rio diante do serviço de vacinação”. Trata-se, ao meu ver, de uma contribuição fundamental e indispensável para a historiografia sobre a Revolta da Vacina (Rio, novembro de 1904), na medida em que a história do serviço de vacinação, criado na Corte em 1804, permite recuperar uma “tradição de desconfiança” dos segmentos populares “em relação à vacina e às práticas da medicina oficial em geral”, abrindo-se novas perspectivas para a compreensão do referido movimento. Partindo da análise das práticas diferenciadas de variolização e de vacinação, o autor examina as origens e a evolução da *vacinophobia*, relacionada, de um lado, às mazelas enfrentadas pelo serviço de vacinação - tais como as dificuldades de importação da linfa européia e de sua obtenção no Brasil, o questionamento da capacidade de imunização da vacina, a transmissão da sífilis na vacinação braço a braço - e, de outro, à tradição *vacinophobica* presente nas concepções afro-brasileiras sobre doença e cura.

Tais reflexões são articuladas ao mapeamento do universo múltiplo, complexo e contraditório dos conflitos que permearam a oposição vacinação *versus* variolização, as controvérsias médicas em torno da vacinação, enfim, os embates entre médicos e *vacinophobos* populares. Segundo Chalhoub, a partir das décadas de 1870/1880, o serviço de vacinação passaria a sofrer profundas modificações que, consolidadas nos primeiros anos do nosso século, teriam, possivelmente, conduzido a população da cidade do Rio a vivenciar “uma espécie de lei não-declarada de vacinação obrigatória”, antes de novembro de 1904.

Cabe ressaltar, ainda, que a relevância e, de certo modo, a originalidade deste estudo vinculam-se a três questões essenciais, devidamente explicitadas e discutidas no último item do terceiro capítulo do livro. A primeira situa as reflexões do autor dentro dos parâmetros básicos e fundamentais da luta de classes e das políticas de dominação, inscrevendo as temáticas abordadas no movimento da história. A segunda remete à impossibilidade de se pensar uma história da ciência fora destes parâmetros. Os saberes e práticas científicos não possuem existência histórica isolada ou autônoma. É preciso considerar as tensões, os conflitos, os embates e as resistências - mas, também, as cumplicidades - que permeiam, de forma complexa e contraditória, por exemplo, as relações entre saberes/práticas científicas e saberes/práticas populares, conferindo aos dominados o papel de sujeitos da história. Por fim, Chalhoub questiona a concepção segundo a qual o governo monárquico teria sido mais tolerante do que o republicano no que se refere às “manifestações das culturas populares”, cujas implicações políticas são bastante evidentes. Assim, o autor propõe um redimensionamento radical da questão: nem mais, nem menos, entre a monarquia e a república há uma profunda diferenciação nas concepções e nas práticas de controle social. A república inaugura “um reordenamento estrutural nas políticas de dominação e nas relações de classe: institui-se o novo lugar da luta de classes, engendram-se os novos significados sociais gerais norteadores dos conflitos sociais”.